FENASTC
Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil

NOTA PÚBLICA DA FENASTC

Em defesa da integridade do controle externo e da reforma do modelo de composição dos Tribunais de Contas

A Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil (FENASTC) manifesta preocupação com as investigações envolvendo integrantes da cúpula de Tribunais de Contas estaduais, entre elas a Operação Circuito Paralelo, deflagrada em 19 de novembro de 2026, relacionada ao TCE-RS, e a Operação Tomada de Contas, deflagrada em 29 de outubro de 2026, no âmbito do TCE-MT.

A FENASTC defende a apuração rigorosa e independente dos fatos, com respeito ao devido processo legal, à presunção de inocência, ao contraditório e à ampla defesa. As suspeitas devem ser esclarecidas e as responsabilidades, individualizadas, sem antecipação de juízos de culpa. A transparência deve orientar a resposta institucional, respeitados os sigilos legalmente protegidos.

As condutas sob investigação não podem ser generalizadas nem utilizadas para desqualificar os servidores efetivos e o trabalho técnico das Cortes de Contas. Auditores, analistas, técnicos, oficiais de controle externo e demais servidores concursados sustentam a atividade institucional e a proteção dos recursos públicos. Valorizar essas carreiras e assegurar condições para o exercício independente de suas atribuições são compromissos essenciais com a sociedade.

Os episódios reforçam a urgência de enfrentar vulnerabilidades do modelo de composição e de governança dos Tribunais de Contas. A prevalência de critérios político-partidários sobre a qualificação e a integridade na escolha de seus membros amplia riscos de captura institucional e de conflitos de interesses. A legitimidade do controle externo exige critérios verificáveis e processos de escolha sujeitos ao escrutínio público.

A FENASTC defende uma reforma que estabeleça seleção transparente, critérios técnicos e de integridade rigorosos, avaliação pública das qualificações e participação de representantes da sociedade e dos servidores. Defende, ainda, regras nacionais de prevenção de conflitos de interesses e um Código de Ética efetivo e vinculante, com mecanismos de fiscalização e responsabilização para todo o sistema.

Essa agenda deve assegurar a independência técnica da auditoria de controle externo, com proteção contra interferências indevidas e clara delimitação entre as funções de auditoria e instrução, de atuação do Ministério Público de Contas e de julgamento. A credibilidade das decisões depende da imparcialidade dos julgadores e da preservação da autonomia do trabalho técnico.

A FENASTC seguirá mobilizada junto ao Congresso Nacional, às entidades da sociedade civil e às entidades filiadas pela reforma do modelo de composição, pelo fortalecimento das carreiras de Estado e por Tribunais de Contas íntegros, transparentes e comprometidos com o interesse público.

Brasília/DF, 20 de novembro de 2026.

Diretoria Executiva da FENASTC